



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE**  
**CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA**

**Ata da 410ª Reunião Ordinária do Plenário do Conselho Estadual do Meio Ambiente - CONSEMA, realizada no dia 27 de abril de 2022.**

Realizou-se no dia 27 de abril de 2022, às 09h00, no Plenário Prof. Paulo Nogueira-Neto (CONSEMA), Prédio 6 da SIMA/Cetesb, Av. Prof. Frederico Hermann Jr., 345, a 410ª Reunião Ordinária do Plenário do Conselho Estadual do Meio Ambiente, realizada em formato híbrido, com a possibilidade de participação opcional de conselheiros por videoconferência. Compareceram os(as) conselheiros(as) **Fernando Chucre**, Secretário de Infraestrutura e Meio Ambiente e Presidente do CONSEMA, **Luiz Ricardo Santoro**, Secretário-Executivo de Infraestrutura e Meio Ambiente, **Cassiano Quevedo Rosas de Ávila**, Subsecretário de Infraestrutura, **Adriana Tedesco Telerman (SDE)**, **Anícia Aparecida Baptistello Pio (Fiesp)**, **Celso Yassumi Nomoto (SCEC)**, **Cláudio Bedran (Planeta Verde)**, **Cláudio Scalli (Anamma/SP)**, **Cristina Maria do Amaral Azevedo (SIMA/CPLA)**, **Daniel Smolentzov (PGE)**, **Denise Croce Romano Espinosa (USP)**; **Domenico Tremaroli (SIMA/Cetesb)**, **Fernando Gallardo Vieira Prioste (ISA)**, **Gil Kuchembuck Scatena (SIMA/SMA)**, **Gilda Helena Leonio Nunes (IIS)**, **Maj PM Guilherme D'Artagnan Boppré (SSP/CPAmb)**, **Gustavo de Castro Oliveira (Faesp)**, **Ibrahim Taulil (Concidadania)**, **Juan Tarsis Gimenes de Almeida (SLT)**, **Luciana Curiati Zahos (SIMA/PPP)**, **Lucila Manzatti (SIMA/FF)**, **Laura Diaz Montiel (SIMA/CEA)**, **Luiz Eduardo de Oliveira Camargo (SH)**, **Luiz Sergio Ozório Valentim (SES)**, **Maria Cristina de Oliveira Lima Murgel (SAA/SP)**, **Maria Fernanda Carbonelli Muniz (ICC)**, **Raquel Marmo Azzari Domenicheli (SIMA/CEA)**, **Roberto Ulysses Resende (Iniciativa Verde)**, **Sandra Mara Pretini Medaglia (OAB/SP)**, **Sandra Maria Carmelo Guerreiro (Unicamp)**, **Sérgio Luis Marçon (SIMA/CFB)**, **Syllis Flavia Paes Bezerra (Ecophalt)**, **Tatiana Barreto Serra (MP/SP)**, **Valéria Rossi Domingos (SCEC)**, **Violêta Saldanha Kubrusly (CAU/SP)**, **Viviane Moschini Carlos (Unesp)**, **Wanderley da Silva Paganini (ABES/SP)**. Constavam do Expediente Preliminar: 1) Aprovação da ata da 409ª Reunião Plenária Ordinária; 2) Comunicações da Presidência e da Secretaria-Executiva; 3) Assuntos gerais e inclusões de urgência na Ordem do Dia. Constavam da Ordem do Dia: 1) Apreciação do **Projeto de Concessão** correspondente à parcela territorial de uso público contida dentro dos limites do **Parque Estadual Turístico do Alto Ribeira – PETAR**, de responsabilidade da Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente e Fundação para a Conservação e a Produção Florestal do Estado de São Paulo (Proc. e-ambiente SIMA.050204/2021-79); 2) Apreciação do Relatório Final da Comissão Temática de Biodiversidade e Áreas Protegidas sobre o **Plano de Manejo da Estação Ecológica de Bananal** (Proc. FF nº 99/2019); 3) Apreciação do Relatório Final da Comissão Temática de Biodiversidade e Áreas Protegidas sobre o **Plano de Manejo da Estação Ecológica Ibicatu** (Proc. Digital FF 003374/2021-76). O Secretário-Executivo do CONSEMA **Anselmo Guimarães** deu por abertos os trabalhos e, a pedido do novo Presidente do CONSEMA e Secretário da SIMA os conselheiros apresentaram-se um a um, momento no qual externaram palavras de boas-vindas e votos de excelente gestão ao titular da pasta. O Presidente do CONSEMA **Fernando Chucre** agradeceu a acolhida e externou enorme satisfação por reencontrar conselheiros com os quais, já havia oportunamente desenvolvido projetos de habitação, meio ambiente, desenvolvimento urbano e planejamento. Colocou-se inteiramente à disposição para ouvir e contribuir, ao máximo, com as intensas demandas pautadas no Conselho. Após apresentar orientações de ordem operacional, o Secretário-Executivo, **Anselmo Guimarães** submeteu à aprovação a Ata da 409ª Reunião Ordinária do Plenário que,



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE**  
**CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA**

44 dispensada de sua leitura, foi aprovada pela Presidência. Passou-se às **Comunicações da**  
45 **Presidência e da Secretaria Executiva**. O Secretário-Executivo **Anselmo Guimarães** registrou  
46 que o CONSEMA celebrava 39 anos de funcionamento, motivo pelo qual prestou homenagem aos  
47 conselheiros e a toda a sociedade pela participaram na construção desse grande fórum de governança,  
48 amplamente reconhecido como um dos mais importantes do país. Na sequência, conforme  
49 comunicado previamente, e nos termos que dispõe o Regimento Interno, colocou em apreciação a  
50 **solicitação de adiamento** da discussão do primeiro item da Ordem do Dia, qual seja, a apreciação  
51 do **Projeto de Concessão** correspondente à parcela territorial de uso público contida dentro dos  
52 limites do **Parque Estadual Turístico do Alto Ribeira – Petar**. O Presidente **Fernando Chucre**  
53 externou enorme respeito pela equipe de trabalho da SIMA e FF e pela condução do processo de  
54 discussão da concessão do Petar ao longo dos dois últimos anos, e em razão de sua recente posse na  
55 Presidência do Conselho, o Secretário solicitou a retirada de pauta a fim de poder tomar melhor  
56 conhecimento do processo, nesta fase de oitivas à sociedade. Submetida ao Pleno, a proposta foi  
57 **aprovada** por unanimidade, originando a decisão: **“Deliberação CONSEMA nº 08/2022. De 27 de**  
58 **abril de 2022. 410ª Reunião Ordinária do Plenário do CONSEMA. Adiamento da discussão do**  
59 **Projeto de Concessão sobre a parcela territorial de uso público contida dentro dos limites do**  
60 **Parque Estadual Turístico do Alto Ribeira - PETAR. O Conselho Estadual do Meio Ambiente-**  
61 **CONSEMA, no exercício de sua competência legal e nos termos do que dispõem os artigos 7º,**  
62 **inciso IX, e 27, § 4º do Regimento Interno delibera: Artigo único – Pelo adiamento da discussão**  
63 **do Projeto de Concessão correspondente à parcela territorial de uso público contida dentro**  
64 **dos limites do Parque Estadual Turístico do Alto Ribeira – PETAR, de responsabilidade da**  
65 **Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente e Fundação para a Conservação e a Produção**  
66 **Florestal do Estado de São Paulo (Proc. e-ambiente SIMA.050204/2021-79).”** Passou-se aos  
67 **Assuntos Gerais** e inclusões de urgência na Ordem do Dia. A conselheira **Syllis Bezerra** saudou o  
68 novo Secretário da SIMA, desejando-lhe uma boa gestão. Na qualidade de representante  
69 ambientalista da Baixada Santista, informou sobre a recente vitória dos trabalhadores de  
70 cooperativas de reciclagem pela recente aprovação do projeto de lei por meio da qual o “catador”  
71 passará a denominação de “agente reciclador”, trazendo muitos benefícios em termos de custo de  
72 vida, reconhecimento profissional, dignidade e, até mesmo, para obtenção da aposentadoria.  
73 Informou por último que passaria o restante do seu tempo de manifestação ao assessor **Andrés**  
74 **Vernet**. O conselheiro **Ibrahim Tauil** manifestou seu apreço e satisfação por ter participado deste  
75 Conselho e, ato contínuo, comunicou seu afastamento das reuniões, com o objetivo de dedicar alguns  
76 meses de convívio com sua neta que reside no exterior. Sendo assim, seria essa sua última  
77 participação em Plenária. Agradeceu pela experiência adquirida ao longo de sua atuação e reiterou  
78 o pedido de atendimento às demandas apresentadas, particularmente relacionada ao bairro  
79 Quarentenário, em São Vicente, e sobre o terreno de uma indústria localizada nos Pilões, em Cubatão.  
80 O assessor **Andrés Vernet** parabenizou o novo Secretário da SIMA, desejando-lhe muito sucesso,  
81 após o que reiterou a solicitação apresentada na última plenária para verificação da regularidade do  
82 licenciamento ambiental, especificamente o cumprimento da logística reversa, pelas empresas  
83 fornecedoras de produtos comercializados como marca própria por grandes redes de supermercados,  
84 tal qual, o Grupo Pão de Açúcar. Mencionou sobre a crescente evasão de muitos desses fornecedores  
85 nacionais da coalizão da reciclagem, tal qual, o setor de água mineral, reduzindo de forma impactante  
86 os valores recebidos pelas Cooperativas. Informou sobre a evasão das Cooperativas do Estado de



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE**  
**CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA**

87 São Paulo do Sistema Fiesp, remanescendo somente a Cooperativa Central Carolina que realiza a  
88 separação mecanizada, na Cidade de São Paulo, mas que não realiza a coleta de vidros, o que alega  
89 como motivo pelo qual a Fiesp teria reduzido as metas de reciclagem de vidros. Em razão de não ter  
90 acesso aos valores da Abipack, solicitou à Cetesb providências quanto a alteração desse sistema para  
91 os produtos oriundos de outras cidades, e verificar a constatação de 28 casos de licenças ambientais  
92 emitidas sem condicionantes sobre logística reversa e 4 fornecedores desprovidos de licença. A  
93 conselheira **Fernanda Carbonelli** elogiou a decisão pela retirada da pauta da apreciação do projeto  
94 de Concessão do Petar, alegando a existência de inúmeras dúvidas da sociedade civil quanto ao  
95 cumprimento do Plano de Manejo do Petar, esclarecimentos remanescentes sobre questões que  
96 tramitam junto ao Ministério Público Federal, e as supostas irregularidades relatadas em carta  
97 apresentada pelas entidades ambientalistas integrantes do CONSEMA, particularmente relacionadas  
98 às comunidades tradicionais. Em segundo, repudiou veementemente os ataques e a pressão que o  
99 atual Gerente da Agência Ambiental de São Sebastião vem sofrendo, inclusive publicamente, do  
100 Chefe do Poder Executivo de São Sebastião. Consignou que outros agentes, especialmente da  
101 Cetesb, vem sendo submetidos às mesmas condutas e pressões de Prefeitos Municipais, quando  
102 discordam de alguns preceitos e questões colocadas pela administração pública. Testemunhou os  
103 excelentes préstimos realizados pela Agência Ambiental de São Sebastião, razão pela qual consignou  
104 o apoio incondicional das entidades ambientalistas, e repudiou qualquer pressão política que possa  
105 vir a ocorrer com vistas a troca de atores e, muitas vezes, daqueles agentes que não correspondem  
106 às expectativas dos prefeitos municipais, principalmente do Litoral Norte. O conselheiro **Cláudio**  
107 **Scalli** ofertou informações sobre o andamento dos trabalhos acerca da revisão da Deliberação  
108 Normativa CONSEMA nº 01/2018, com a finalização a redação da minuta, em debate que contou  
109 com a participação de representantes de mais de 250 municípios e da sociedade civil. Informou ainda  
110 que esta proposta está sendo discutida com a Cetesb, para posterior submissão da proposta  
111 consensada à CT Processante e de Normatização. Parabenizou o Presidente Fernando Chucre pela  
112 decisão de adiar a discussão sobre o Petar, e externando seu desejo de realizar uma visita ao Petar  
113 para melhor conhecer e poder decidir sobre as questões levantadas, sugerindo que a mesma pudesse  
114 ser organizada contando inclusive com a participação dos técnicos que desenvolveram a proposta de  
115 concessão. O conselheiro **Domenico Tremaroli** informou que precisaria se ausentar, indicando a  
116 Assessora Iracy Xavier para representá-lo no restante da reunião, em especial na apresentação do  
117 relatório referente ao Plano de Manejo da Estação Ecológica de Bananal. Em resposta à conselheira  
118 Syllis e seu assessor, solicitou que as contribuições sobre logística reversa fossem formalizadas junto  
119 a Secretaria-Executiva do CONSEMA, que procederá o encaminhamento formal da demanda à  
120 Cetesb. Parabenizou os municípios integrantes do Consórcio do Vale do Paraíba para licenciamento  
121 municipalizado, desejando sucesso na operação da dinâmica que envolve a gestão ambiental  
122 descentralizada. Por derradeiro, parabenizou o CONSEMA pelos seus 39 anos de operação iniciada,  
123 em 1983, demonstrando a vanguarda do Estado de São Paulo na consolidação da Política Nacional  
124 do Meio Ambiente apenas 2 anos após sua instituição, em 1981, sempre firme na garantia da  
125 participação dos diversos segmentos da sociedade, trazendo legitimidade e robustez às decisões e  
126 ações ambientais praticadas no Estado. O conselheiro **Claudio Bedran** informou ter feito uma  
127 proposta ao CONSEMA quando do se exercício de um mandato anterior, visando o desenvolvimento  
128 de norma para melhorar a qualidade das áreas verdes de loteamentos e condomínios. Nesse sentido,  
129 solicitou esclarecimentos sobre qual seria o caminho para encaminhar alguma proposta nesse sentido



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE**  
**CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA**

130 ao Grapohab, o Grupo de Análise e Aprovação de Projetos Habitacionais. O conselheiro **Fernando**  
131 **Prioste** anuiu com a proposta do conselheiro Cláudio Scalli acerca do interesse na realização de uma  
132 visita técnica ao Petar e, na sequência, passou a palavra à sua assessora **Rafaela Santos**. Esta  
133 agradeceu aos conselheiros pelo espaço de manifestação concedido e apresentou-se como  
134 quilombola do Quilombo de Porto Velho, localizado em Iporanga/SP, um dos municípios que sediam  
135 o Petar. Afirmou que mesmo com o adiamento da matéria, não poderia perder esta oportunidade de  
136 reiterar algumas propostas dos povos do Vale do Ribeira para esse projeto de concessão. Tais  
137 propostas se referem ao plano de consulta baseada nas diretrizes da Convenção nº 169 da OIT  
138 (Organização Internacional do Trabalho), e o protocolo de consulta prévia dos territórios  
139 quilombolas do Vale do Ribeira, sobre os quais se aguardaria a manifestação da FF e da SIMA, de  
140 forma que as comunidades possam tecer suas contribuições de melhoria para o projeto de concessão  
141 pretendido. Ressaltou que um dos objetivos, inclusive da lei de concessões, seria o de possibilitar  
142 que as demandas dos territórios de povos regionais e as populações locais fossem melhor  
143 compreendidas, a bem do desenvolvimento socioeconômico, e para isso ocorra, afirmou ser  
144 fundamental que os impactos socioambientais nesse projeto sejam estudados, para que se possam  
145 ser mitigados e, eventualmente, compensados, no caso de ocorrerem impactos negativos, e, no caso  
146 dos impactos positivos, que seja ainda mais efetivos. Reforçou as boas-vindas ao Secretário Fernando  
147 Chucre e, externando sua expectativa de poder reencontrá-lo em outras oportunidades, colocou-se à  
148 disposição para o diálogo na construção desse projeto, no qual a escuta é fundamental para estimular  
149 a população local. Estimulou e convidou os conselheiros a visitarem o município de Iporanga e a  
150 região do Petar, possibilidade essa que qualificou como sendo maravilhosa para conhecer os  
151 territórios e as comunidades. Reforçou ainda que atua como advogada, procuradora também das  
152 comunidades quilombolas de Bombas, Porto Velho, Cangume, Pilões, Maria Rosa, Praia Grande e  
153 a cabocla de Ribeirão dos Camargos e, que são sete o total de comunidades que serão afetadas pelo  
154 projeto de concessão do Petar. Por fim, reforçou a importância do diálogo e da disposição das  
155 comunidades em colaborar para que a proposta caminhe de forma efetiva, com a ampliação do  
156 diálogo. Com a palavra o conselheiro **Daniel Smolentzov**, este primeiramente registrou o respeito e  
157 admiração que nutre pelo Secretário Marcos Penido, afirmando que, ao longo de 3 anos e 4 meses  
158 de trabalho conjunto, o Secretário sempre buscou o apoio institucional da Procuradoria Geral do  
159 Estado, até então comandada pela Dra. Lia Porto, a quem o conselheiro externou os mesmos  
160 sentimentos. Reforçou que o Secretário Penido, ao longo da implementação da nova SIMA e no  
161 intuito de viabilizar as suas políticas públicas, sempre se preocupou com a legalidade dos atos  
162 administrativos, dos mais singelos aos mais complexos. Desejando ao novo Secretário da SIMA,  
163 Fernando Chucre uma gestão profícua, o conselheiro colocou a Procuradoria Geral do Estado à  
164 disposição para darem prosseguimento a esse trabalho conjunto. O conselheiro colocou-se  
165 igualmente à disposição da assessora Rafaela Santos, recomendando que busque a PGE como uma  
166 porta de entrada do serviço público e para o encaminhamento dos pleitos para que o projeto de  
167 concessão do Petar possa ser aprimorado. O Presidente **Fernando Chucre** relatou que, ao longo da  
168 amizade estabelecida há mais de 20 anos com Marcos Penido, testemunha seu perfil agregador e  
169 sempre disposto a conversar e ouvir as pessoas. Esclareceu que a ausência do amigo na Plenária  
170 deveu-se tão somente à rápida alteração promovida no Secretariado, passando a ocupar Marcos  
171 Penido, de forma imediata, a Secretaria de Governo do Estado de São Paulo, responsável pelas metas  
172 das demais pastas de Governo. O conselheiro **Gil Scatena** igualmente agradeceu ao Secretário





**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE**  
**CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA**

173 Marcos Penido pelo apoio recebido ao longo do trabalho por ele comandado. Na sequência passou  
174 ao relato do trabalho realizado ao longo do desenvolvimento do Zoneamento Ecológico-Econômico  
175 do Estado de São Paulo, com a realização de 9 oficinas regionais e mesas de diálogo, em meio virtual,  
176 que contaram com cerca de 900 participantes e representantes da academia, Fiesp, Faesp,  
177 Fecomercio, Anamma, e outras entidades da sociedade civil. Informou que foram recebidas cerca de  
178 300 contribuições, e alcançadas mais de 1.000 visualizações das reuniões no Youtube. Acrescentou  
179 que as atividades contaram com a participação de diversos profissionais da SIMA (FF, CFB, CEA)  
180 e da Cetesb, atuando como coordenadores temáticos. Versou sobre a validação da Comissão Estadual  
181 do ZEE/SP, da qual participam representantes de 12 secretarias estaduais, e informou sobre as  
182 próximas etapas, com a realização de audiência pública e a submissão da proposta final ao  
183 CONSEMA para, logo após, iniciar a capacitação dos municípios pela SIMA, em parceria com a  
184 Anamma/SP e o apoio do CAU/SP. A conselheira **Anícia Pio**, em resposta à citação do assessor  
185 Andrés Vernet sobre o sistema de logística reversa, esclareceu que a Fiesp, a pedido das pequenas e  
186 médias empresas atuantes no mercado regional restrito ao estado de São Paulo, deu início à  
187 implantação da modelagem de logística reversa de embalagens, entre 2015 e 2017. Relatou que em  
188 2018 a Fiesp firmou um termo de compromisso junto à SIMA/Cetesb, e o trabalho com as  
189 cooperativas vem sendo conduzido com muita transparência. Observou que desde o início desse  
190 trabalho a Fiesp utiliza o termo “operadores de reciclagem”, e que agora passarão à denominação  
191 “agentes de reciclagem”, conforme informado pela conselheira Syllis. Esclareceu que este sistema,  
192 que a Fiesp ajudou a desenvolver em conjunto com mais de 70 entidades, desde o final de 2020,  
193 criou uma entidade gestora específica, o Instituto Rever e, para sua felicidade, na semana anterior,  
194 fora publicado o Decreto nº 11.044, que reconhecia e estrutura o sistema de certificação do crédito  
195 de reciclagem, com base na modelagem que a Fiesp ajudara a desenvolver. A título de  
196 esclarecimento, esclareceu que a Fiesp encaminhou à Cetesb a solicitação de substituição da  
197 signatária para o Instituto Rever no termo de compromisso. O assessor **Andrés Vernet** ressaltou que  
198 sua fala não se tratava de crítica à Fiesp, mas informações com base no site da “Eu Reciclo”, onde  
199 se constatava a saída das cooperativas no estado de São Paulo, que avaliou ser em razão dos baixos  
200 valores pagos. A conselheira **Violeta Kubrusly** reforçou as boas-vindas ao Secretário Fernando  
201 Chucre, desejando-lhe uma gestão bem sucedida e agradeceu ao Secretário de Governo Marcos  
202 Penido pela profícua direção como Secretário da SIMA. Saudou cordialmente e agradeceu todos  
203 aqueles que representa e àqueles que continuam desenvolvendo excelentes trabalhos, especialmente,  
204 os Subsecretários Eduardo Trani e Cassiano e o conselheiro Gil Scatena, coordenador da  
205 CPLA/SIMA. Após o encerramento das falas dos conselheiros, o Presidente **Fernando Chucre**  
206 informou que as questões colocadas foram registradas e garantiu que serão retomadas com os  
207 interessados, com o objetivo de encontrar as soluções mais adequadas e dar prosseguimento a esses  
208 temas. Passou-se à apresentação do primeiro item da Ordem do Dia, qual seja, a “**Apreciação do**  
209 **Relatório Final da Comissão Temática de Biodiversidade e Áreas Protegidas sobre o Plano de**  
210 **Manejo da Estação Ecológica de Bananal** (Proc. FF nº 99/2019)”. **Thiago Nogueira**, Gestor da  
211 Estação Ecológica de Bananal enalteceu a importância do plano de manejo como sendo um  
212 instrumento extremamente importante para consolidar as ações de gestão da Unidade de  
213 Conservação, acrescentando tratar-se de um documento almejado há muitos anos. Na sequência, foi  
214 apresentado um vídeo especialmente desenvolvido para mostrar ao público os muitos atrativos  
215 existentes na EE de Bananal. O gestor explicou que este material visual foi viabilizado a partir de



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE**  
**CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA**

recursos provenientes do Projeto Conexão Mata Atlântica. Ao finalizar, destacou a presença da coordenadora do Projeto, Claudete Hahn e agradeceu aos conselheiros da EE de Bananal pela assídua presença e proatividade. A assessora da Cetesb **Iracy Xavier** esclareceu que a EE de Bananal se localiza na URGHI 02 (Bacia do Rio Paraíba do Sul), no município de Bananal, que faz parte da Serra da Bocaina. A criação da UC deu-se, originalmente, por meio do Decreto Estadual nº 43.193/64 que declara como reserva florestal do estado de São Paulo e, posteriormente, como Estação Ecológica, através do Decreto nº 26.890/87. Informou como sendo os objetivos da EE do Bananal a proteção de remanescente florestal que abriga importante acervo de flora e fauna para as futuras gerações, para fins científicos, culturais e educacionais. Na sequência, apresentou os itens que compõem o conteúdo do Plano de Manejo. Esclareceu que o zoneamento da UC é composto por quatro zonas e quatro áreas sobrepostas às zonas, quais sejam: *1. Zona de Preservação. (i) Definição:* Onde os ecossistemas e os processos ecológicos apresentam a máxima expressão de integridade referente à estrutura, à função e à composição, sendo os efeitos das ações antrópicas ausentes ou insignificantes. *(ii) Atividades Permitidas:* Proteção, fiscalização e monitoramento; b) Pesquisa científica, desde que justificada a impossibilidade de realização em outra zona da UC. *2. Zona de Conservação. (i) Definição:* onde ocorrem ambientes naturais bem conservados, podendo apresentar efeitos de pequena intervenção humana não significativos. *(ii) Atividades permitidas:* a) Pesquisa científica e educação ambiental, com acesso restrito e mínimo impacto sobre os atributos ambientais da UC; b) Proteção, fiscalização e monitoramento; e c) Coleta de sementes ou outro material de propagação. *3. Zona de Recuperação (ZR). (i) Definição:* constituída por ambientes naturais degradados que devem ser recuperados para atingir um melhor estado de conservação e que, uma vez recuperada, deverá ser reclassificada. *(ii) Atividades permitidas:* a) Recuperação e manutenção do patrimônio natural; b) Pesquisa científica e educação ambiental; e c) Proteção, fiscalização e monitoramento. *4. Zona de Uso Extensivo (ZUE). (i) Definição:* constituída em sua maior parte por regiões naturais conservadas, podendo apresentar efeitos de intervenção humana e atrativos passíveis de visitação pública com objetivos educacionais. *(ii) Atividades permitidas:* a) Atividades de educação ambiental com baixo impacto sobre os recursos ambientais; b) Pesquisa científica e educação ambiental; c) Proteção, fiscalização e monitoramento; e d) Gestão e Administração. Esclareceu que Áreas são porções menores do território da UC indicadas para implantação de Programas e Projetos Prioritários de gestão em conformidade com as características, objetivos e normas da Zona sobre a qual incidem: *II - Área de Uso Público (AUP):* corresponde à Trilha da Cachoeira Sete Quedas, com acesso às duas últimas quedas do Córrego das Cobras; *II - Área de Administração (AA):* abriga a infraestrutura de apoio aos serviços administrativos, de proteção, de fiscalização e de pesquisa científica; *III - Área de Interferência Experimental (AIE):* permite as atividades de pesquisas científicas de maior impacto; *IV - Área Histórico-Cultural (AHC):* Compreende a Trilha do Ouro, que tem 800 metros preservados do histórico Caminho Real. Explicou que a Zona de Amortecimento, por sua vez, tem como objetivo minimizar os impactos ambientais negativos sobre a Unidade de Conservação e incentivar o desenvolvimento de práticas sustentáveis no entorno da mesma. A delimitação da Zona de Amortecimento deve basear-se nos seguintes critérios: *(i) Conectividade estrutural* (proximidade dos fragmentos à EE de Bananal; *(ii) Remanescentes florestais e a fauna associada;* *(iii) Reserva legal e;* *(iv) Drenagem* que verte para dentro da UC. Elucidou que o Corredor Ecológico, no caso concreto, liga a EE de Bananal ao Parque nacional da Bocaina e ao Parque Estadual Cunhambebe e foi delimitada mediante os seguintes



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE**  
**CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA**

259 critérios: (i) Presença de UCs próximas; (ii) Conectividade estrutural (proximidade de fragmentos  
260 florestais; (iii) Presença de áreas averbadas como Reserva legal; (iv) Plano Diretor Municipal.  
261 Discorreu sobre os programas ambientais e respectivas diretrizes e ações e, na sequência, ofertou  
262 informações sobre as manifestações do Conselho Consultivo da UC ao longo de seis reuniões, ocorridas  
263 no período de fevereiro a setembro de 2019. Com auxílio da projeção de imagens, apresentou a  
264 localização da UC e das características do entorno. Passou à apresentação do relatório elaborado pela  
265 CTBio. Resumiu que as discussões, promovidas ao longo de três reuniões, foram pautadas pela  
266 leitura da minuta de Resolução e informou que a única ressalva indicada pelo Conselho Consultivo  
267 da UC foi “*incluir medidas orientadoras para transporte de espécies arbóreas e/ou invasoras dentro*  
268 *da UC e sua zona de amortecimento para evitar invasão biológica*”. Com auxílio da projeção de  
269 tabela apresentou a síntese das atividades e das alterações no texto da minuta aprovadas pelos  
270 membros da CTBio, com as seguintes considerações finais: 1. O Plano de Manejo seguiu as novas  
271 diretrizes estabelecidas pelo Roteiro Metodológico Para Planos de Manejo das Unidades de  
272 Conservação, com adaptações, atendendo à legislação ambiental vigente, em especial à Resolução  
273 SMA nº 33/2013 (Zona de Amortecimento) e ao Decreto Estadual nº 60.302/2014 (Sigap); 2. O  
274 conteúdo do Plano de Manejo é sintético, mas suficiente e qualificado para a elaboração do  
275 zoneamento e dos programas, oferecendo um instrumento pragmático à gestão da UC; 3. O Plano de  
276 Manejo foi discutido e elaborado pela Fundação Florestal, Cetesb por técnicos do atual Instituto de  
277 Pesquisas Ambientais – IPA, e com a participação dos atores locais. Os trabalhos foram iniciados  
278 em 2011, inicialmente com a contratação de consultoria externa, e foram concluídos com a  
279 manifestação do Conselho Consultivo em setembro de 2019. Os ritos exigidos pela legislação  
280 vigente foram cumpridos, em especial, em relação ao conteúdo e à participação social; 4. A  
281 participação da sociedade possibilitou o esclarecimento aos atores envolvidos e permitiu o  
282 aprimoramento do Plano de Manejo. A participação se deu por meio de oficinas, em 6 (seis) reuniões  
283 com o Conselho Consultivo ampliado, em reuniões setoriais e por meio de portal eletrônico; 5. O  
284 Plano foi devidamente aprovado pelo Conselho Consultivo da Unidade, com uma ressalva que foi  
285 analisada pela CTBio, juntamente com a recomendação técnica do Comitê de Integração de Planos  
286 de Manejo; 6. Após ser encaminhado ao CONSEMA, o Plano foi objeto de análise pela CTBio. Esse  
287 processo envolveu três reuniões realizadas em 17/02, 07/03 e 17/03/2022; 7. A CTBio aprovou a  
288 proposta do Plano de Manejo da Estação Ecológica de Bananal com três alterações apresentadas pela  
289 Fundação Florestal: acréscimo de redação à ação prevista no Programa de Interação Socioambiental;  
290 ajuste na redação do inciso III do artigo 16 da minuta de resolução que trata de controle do fogo na  
291 UC e ZA; e exclusão do inciso III do artigo 18 da minuta de resolução, que trata da sobreposição do  
292 Corredor Ecológico com a Zona de Amortecimento. 8. Diante do exposto, a Comissão Temática de  
293 Biodiversidade e Áreas Protegidas manifestou-se favoravelmente à aprovação do relatório, bem  
294 como da Minuta da Resolução, e propôs o encaminhamento à Plenária do CONSEMA para a  
295 manifestação final. Abertos os debates, inscreveram-se os conselheiros **Claudio Scalli** e **Daniel**  
296 **Smolentzov**, que declararam satisfação pela excelência dos trabalhos realizados pelas equipes  
297 envolvidas. A assessora **Iracy Xavier** agradeceu as menções elogiosas e agradeceu a equipe do  
298 Comitê de Integração de Planos de Manejo da SIMA e pela participação integral da sua  
299 subcoordenadora, a técnica Lie Schutzer. Ressaltou a importância da manutenção dos pequenos  
300 fragmentos de vegetação que são as unidades de conservação, predominantes no interior do Estado,  
301 e externou o orgulho de todo o grupo em terem trazido dois planos de manejo, no mesmo dia, para



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE**  
**CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA**

302 apreciação do Plenário do CONSEMA. Submetida ao pleno, a matéria logrou **aprovação** por 29  
303 (vinte e nove) votos favoráveis, 01 (uma) abstenção e nenhum voto contrário, dando ensejo à  
304 seguinte decisão: ***“Deliberação CONSEMA nº 09/2022. De 27 de abril de 2022. 410ª Reunião***  
305 ***Ordinária do Plenário do CONSEMA. Manifesta-se favorável à minuta da resolução que aprova***  
306 ***o Plano de Manejo da Estação Ecológica de Bananal. O Conselho Estadual do Meio Ambiente-***  
307 ***CONSEMA, no exercício de sua competência legal, delibera: Artigo único – Acolhe o Relatório***  
308 ***Final da Comissão Temática de Biodiversidade e Áreas Protegidas e manifesta-se favorável à***  
309 ***minuta da resolução que aprova o Plano de Manejo da Estação Ecológica de Bananal (Proc.***  
310 ***FF nº 99/2019).”*** A conselheira **Tatiana Serra** declarou sua abstenção na votação. Encerradas as  
311 discussões, passou-se ao próximo item da pauta, a apreciação do Relatório Final da Comissão  
312 Temática de Biodiversidade e Áreas Protegidas sobre o **Plano de Manejo da Estação Ecológica**  
313 **Ibicatu** (Proc. Digital FF 003374/2021-76). O gestor da UC, **Antônio Álvaro Buso Júnior**, reforçou  
314 a importância da participação dos técnicos e dos pesquisadores do Sistema Ambiental Paulista no  
315 processo de desenvolvimento do Plano de Manejo e agradeceu o empenho da Fundação Florestal e  
316 do Comitê de Integração de Planos de Manejo. Frisou a importância do PM para que a Estação  
317 Ecológica Ibicatu atenda aos seus objetivos de forma efetiva. Pontuou como sendo de extrema  
318 importância a participação social do conselho gestor e dos atores locais, ao longo de todo o processo.  
319 Na sequência, foi apresentado um vídeo sobre a Estação Ecológica, tão importante para o município  
320 de Piracicaba. A conselheira **Lucila Manzatti** passou à relatoria da matéria. Informou que o relatório  
321 foi aprovado na CT de Biodiversidade, em 13 de Abril de 2022 e dissertou sobre os critérios que  
322 norteiam a definição do zoneamento da UC, a começar pelo grau de conservação da vegetação que  
323 no caso em tela, pertence, principalmente a Floresta Estacional Semidecidual, seguida por áreas de  
324 Floresta Montana Emergente, Floresta Estacional Semidecidual Aluvial, que mantém enorme  
325 influência na manutenção das águas. Com auxílio da projeção de mapas, pontuou as infraestruturas  
326 disponíveis na UC (saneamento e estradas) e, na sequência, passou a proposta do zoneamento,  
327 constituído por três Zonas (zona de conservação, zona de recuperação e zona de uso extensivo) e, a  
328 partir disso a definição de três áreas (área de uso público, área de administração e área de  
329 interferência experimental). Ofertou o detalhamento das Zonas e Áreas propostas. Expôs os objetivos  
330 da criação da Unidade de Conservação, sendo o principal deles, a pesquisa científica. Com auxílio  
331 da projeção de mapas, apresentou a localização e caracterização do Corredor Ecológico. Ofertou o  
332 detalhamento sobre os Programas de gestão propostos para a UC e suas respectivas diretrizes.  
333 Informou sobre a manifestação favorável do Conselho Consultivo, com ressalva de inclusão no  
334 Programa de Gestão, da identificação e monitoramento de ocupações de parcelamento de solo  
335 irregulares, no entorno da Zona de Amortecimento da UC. Ofertou e discorreu sobre os principais  
336 pontos levados ao longo das 3 reuniões da CTBio, pontuando, *pari e passu*, os principais dissensos  
337 e consensos. Destacou que a Cetesb propôs a supressão dos incisos XXIII, XXIV, XXVI e XXVII  
338 do artigo 15, como forma de adequar a norma aos novos empreendimentos. Apresentou o sumário  
339 do Plano de Manejo que fora aprovado no âmbito da CT. Passou-se à discussão, da qual participaram  
340 os conselheiros e conselheiras **Cris Murgel, Ibrahim Tauil, Cláudio Bedran, Fernando Prioste,**  
341 **Roberto Resende e Daniel Smolentzov**. Foram registradas, em suma, levantaram as seguintes  
342 questões: (-) a importância do estreitamento e convergência entre as normas de meio ambiente e da  
343 agricultura, de forma que o produtor rural não se sinta perdido diante de tantos termos técnicos  
344 diferentes; (-) sugestão de implantação nas áreas de influência das UCs de escolas ambientais dotadas





**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE**  
**CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA**

de infraestrutura e corpo docente qualificado e, resgatar junto aos pequenos produtores rurais a importância das plantas alimentícias não-convencionais; (-) esclarecimentos sobre os impactos advindos da existência de obras de infraestrutura, mencionadas ao longo da apresentação; (-) observações com relação aos prazos regimentais disponibilizados para que os conselheiros possam realizar a avaliação dos trabalhos e documentações extensas, oriundas das comissões temáticas, antes do encaminhamento das matérias à apreciação do Pleno; (-) importância do aprofundamento do debate sobre a implementação do Código Florestal, e sobre o CAR/PRA, bem como os desafios impostos, principalmente quanto à adesão dos produtores rurais à políticas; (-) uso dos recursos da Câmara de Compensação Ambiental, com base no uso simultâneo de critérios normativos federais e estaduais; (-) necessidade de promover o aprimoramento dos procedimentos e regras por meio da intersecção do Programa Nascentes e do PRA. Passou-se aos esclarecimentos. A relatora, conselheira **Lucila Manzatti**, esclareceu aos conselheiros, que muito embora atualmente inexistam obras dentro da EE, é imprescindível que as regras com o objetivo de minimizar, ao máximo, situações futuras no entorno da Zona de Amortecimento, assim como atividades de agricultura ou qualquer outro tipo de empreendimento. Em que pese a discussão sobre os critérios normativos federais e estaduais tenha sido pacificada na CTBio, foi aventada a possibilidade deste tema ser aprofundado, em momento futuro, posteriormente ao término do processo de aprovação deste Plano de Manejo, colocação aceita pelos conselheiros. O conselheiro **Gil Scatena** concordou com a conselheira **Cris Murgel**, quanto ao fato de que o entendimento amplo da legislação pela população torna o gerenciamento do território mais fácil. Lembrou que esses Planos de Manejo para as Estações Ecológicas inauguram uma nova fase de acordo prévio daquilo que são os corredores ecológicos, a partir de Resolução da SIMA. Dissertou sobre a ampla evolução alcançada na adequação de critérios técnicos específicos para a Zona de Amortecimento e a integração dos olhares de meio ambiente, agricultura e produção. A conselheira **Tatiana Barreto** parabenizou todos envolvidos, os conselhos consultivos e técnicos pelo cumprimento do cronograma de elaboração e implementação de planos de manejo, que é uma reivindicação de todo o estado de São Paulo e do próprio Ministério Público. Agradeceu também às comunidades que se engajaram ao longo da elaboração desses planos e consignar que sua abstenção em tais votações se davam, exclusivamente, devido à sua condição de representante do Ministério Público neste Conselho, em função de um eventual futuro acompanhamento por parte da Promotoria de Justiça, que é uma condição natural advinda do processo de aprimoramento que possa ocorrer. O conselheiro **Gustavo Oliveira** parabenizou os envolvidos, e registrou a importância na preocupação da manutenção das atividades produtivas nos corredores ecológicos e zonas de amortecimento das UCs. Acerca da menção feita pelo conselheiro Prioste, esclareceu que no Estado de São Paulo houve uma adesão de 100% dos produtores rurais ao CAR, mas o que de fato ocorre é a dificuldade em fazer com que o produtor entre novamente no seu cadastro, efetue as correções, deem o aceite às análises, ressaltando a importância da parceria Sociedade – Estado para sensibilizar tais produtores. O conselheiro **Fernando Prioste** avaliou como fundamental da discussão que tem sido feita na CTBio sobre o tema do CAR, mas entende que as questões vão além, citando como exemplo, que no Vale do Ribeira, das 29 Comunidades Quilombolas cadastradas no SICAR, existem 393 sobreposições de imóveis rurais privados, ainda sobre a recuperação de APPs e reservas legais, questões fundiárias, ou seja, haveria ainda uma gama de questões ainda não resolvidas a partir do advento do Código Florestal. O Diretor-Executivo da Fundação Florestal **Rodrigo Levkovicz**, acerca dos comentários do conselheiro Ibrahim Tauil,



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE**  
**CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA**

388 informou que todas as unidades de conservação passaram a disponibilizar roteiros monitorados de  
389 educação ambiental para os finais de semana. Convidou a todos a visitarem as páginas das redes  
390 sociais da FF para conhecer os roteiros e obter informações sobre a aquisição de ingressos,  
391 ressaltando que a visitação monitorada é gratuita. Convidou, por fim, a Secretaria da Agricultura  
392 para avançar nos debates conjuntos sobre o entorno de unidades de conservação, como forma  
393 também de fortalecer a pauta de Pagamentos por Serviços Ambientais – PSAs. Submetida ao pleno,  
394 a matéria logrou **aprovação** por 28 (vinte e oito) votos favoráveis, 01 (uma) abstenção e nenhum  
395 voto contrário, dando ensejo à seguinte decisão: ***“Deliberação CONSEMA nº 10/2022. De 27 de***  
396 ***abril de 2022. 410ª Reunião Ordinária do Plenário do CONSEMA. Manifesta-se favorável à***  
397 ***minuta da resolução que aprova o Plano de Manejo da Estação Ecológica de Ibicatu. O Conselho***  
398 **Estadual do Meio Ambiente-CONSEMA, no exercício de sua competência legal, delibera:**  
399 **Artigo único – Acolhe o Relatório Final da Comissão Temática de Biodiversidade e Áreas**  
400 **Protegidas e manifesta-se favorável à minuta da resolução que aprova o Plano de Manejo da**  
401 **Estação Ecológica Ibicatu (Proc. Digital FF 003374/2021-76)”. O Presidente do CONSEMA,**  
402 **Fernando Chucre** parabenizou as equipes envolvidas nos projetos e afirmou conhecer bem a  
403 complexidade inerente à elaboração desse tipo de documento que envolve, além do conhecimento  
404 técnico, a concertação com a sociedade civil. Por derradeiro, agradeceu pela participação e as boas-  
405 vindas recebidas de todos. Nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a reunião. Eu, **Anselmo**  
406 **Guimarães, Secretário-Executivo do CONSEMA**, lavrei e assino a presente ata.